



Sentir-se em casa: domesticação no domínio comportamental aves-humanos

Beto Vianna¹

Resumo: Considerar a domesticação como processo ou resultado de uma interação instrutiva, em que humanos especificam a dinâmica estrutural de outros organismos, nos cega para os afetos mútuos envolvidos. Sem negligenciar o peso político das narrativas de progresso e controle, em que a domesticação marca a passagem da natureza à cultura, podemos estar atentos à diversidade de modos de relacionar nos domínios que tradicionalmente distinguimos como domesticação. Como processo, domesticar é tanto trazer para perto quanto lançar-se na direção do outro, espaço em que os organismos estabelecem uma dinâmica de ser-com, como condição da conservação de sua organização de ser vivo. Como resultado, a domesticação não garante corpos e disposições de determinado tipo. Traços como docilidade, submissão ou dependência poderão ou não surgir em coerência com as relações coontogênicas estabelecidas, em que organismos com modos de vida distintos criam, juntos, um sistema social de segunda ordem. No Parque dos Falcões, espaço que acolhe aves de rapina, os encontros entre esses animais e os humanos ensejam diversas explicações, científicas ou não. Enquanto os cuidadores do Parque utilizam elementos da etologia, da falcoaria e de tradições locais, as aves contribuem com suas próprias disposições para os processos continuados e particulares de domesticação, humana e não humana, propiciados por tais encontros.

Palavras-chave: Relações aves-humanos; Coontogenia; Falcoaria; Parque dos Falcões; Domesticação

¹ Doutor em linguística, é professor do Departamento de Letras de Itabaiana e do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe. Coordena, com Ugo Maia, o grupo de pesquisa Inuma – interfaces humano e não humano.

Introdução

Foram-vos permitidas todas as coisas sadias, bem como tudo o que as aves de rapina e os cães por vós adestrados, conforme Deus ensinou, caçarem para vós. *O Alcorão*. Surata 5 (Al-maida, “A mesa servida”), vers. 4.

No momento em que se lê este texto, são estimadas no mundo cerca de 200 bilhões de aves adultas vivas, e dessas, 20 bilhões são galinhas e galos (*Gallus g. domesticus*). A segunda espécie mais populosa, com 1,5 bilhão de indivíduos, é o tecelão-do-bico-vermelho (*Quelea quelea*), um passarinho comedor de grãos, e por isso considerado praga por agricultores da África subsaariana. O terceiro da lista pode ser o pardal (*Passer domesticus*), outro velho conhecido das relações humanas, com uma população (em declínio) de cerca de 1 bilhão e distribuição global, inclusive áreas urbanas. Outros comensais humanos em nível planetário, a andorinha-de-bando (*Hirundo rustica*), o pombo doméstico (*Columba livia*), e o estorninho comum (*Sturnus vulgaris*), aproximam-se, cada um, do meio bilhão de indivíduos (THE IUCN RED LIST, 2019). O fato é que nenhum desses pássaros, não importa quão bem-sucedidos em um contexto antropocênico, ostenta uma população comparável à das galinhas. Se olharmos para a biomassa, o carbono orgânico total em um dado grupo, é ainda mais evidente o primado das aves criadas para consumo humano (na esmagadora maioria, galinhas). Essas somam 50 milhões de toneladas contra 20 milhões de todas as outras aves juntas, incluídos o tecelão africano e os passarinhos cosmopolitas. A biomassa dos mamíferos é dez vezes maior (com a mesma desproporção dos representantes domésticos), o que só realça a superpopulação das aves, donas de corpos bem mais modestos (BAR-ON; PHILIPS; MILO, 2018). Finalmente, assombra-nos a demografia aviária ao sabermos que as galinhas são criadas, em condições estarrecedoras (DAVIS, 2009), para viver pouco e morrer muito. Todo ano são abatidos cerca de 50 bilhões de indivíduos. Nenhum outro vertebrado terrestre suportaria, como linhagem viável, um décimo dessa carnificina periódica, incluindo todo o arco de mamíferos residentes, cativos ou invasores da *domus*, de humanos e bovinos a cães e ratos. Graças ao sucesso reprodutivo que se abateu sobre o *Gallus gallus*, e na perspectiva de grandes vertebrados que se jactam de superpovoar a Terra, podíamos chamar a última era geológica de era das aves, um aviceno.

Se o grupo majoritário é o das galinhas, de modo algum elas são emblemáticas do universo aviário, quanto às relações que entretêm com os humanos. Como sugerem o

tecelão e o pardal, o modo de relacionar com o humano pode diferir dramaticamente segundo o grupo, indivíduo ou contexto considerados (mesmo, aliás, entre as galinhas). E a presença na *domus* (a história dessa presença, ou sua ubiquidade atual), no espaço das ocupações humanas, não é, ou não é mais (como era no neolítico tardio), fator decisivo para a qualidade desses encontros. Primeiro, desde a expansão global dos modos de vida domesticados, e a ascensão do capitalismo industrial, o destino de muitos organismos tem sido decidido a quilômetros do encontro efetivo com os humanos, pelos efeitos remotos, no tempo e no espaço, das intervenções antrópicas. De outro lado, as aves voadoras, mesmo as residentes (não migratórias), também experienciam remotamente esses efeitos, pelo hábito de se deslocarem em um raio de quilômetros de sua base original. Se essa ave é um predador ou um carniceiro, o veneno depositado pelo humano em um dado local (defensivos agrícolas, principalmente) será consumido pelas presas potenciais da ave, que, por sua vez, também podem vir a ser animais de longo poder de dispersão, como outros pássaros, morcegos e insetos (ELPHICK, 2016)

As aves de rapina, grupo em que tradicionalmente incluímos águias, gaviões, urubus, corujas e falcões (BILDSTEIN, 2017), encontram-se justamente na encruzilhada entre essas suspeitas vantagens adaptativas, o voo e a carnivoría. E elas têm pagado o preço. Das cerca de 10 mil espécies de todas as aves, 44% sofrem, hoje, declínio populacional, e 13% sofrem algum nível de ameaça de extinção. Dentre as aves, a situação das rapinantes é pior: das mais de 550 espécies, 52% sofrem baixa populacional, e 18% correm risco de extinção em algum grau (MCCLURE et al, 2018). O perigo aumenta justamente onde as aves de rapina, novamente superando a tendência das aves em geral, têm a distribuição mais diversa, que são as regiões neotropicais: sudeste asiático, África subsaariana e Américas central e do sul. São regiões de grandes florestas, charcos, savanas e mangues, espaços afetados pelo binômio destruição da cobertura vegetal nativa e uso em grande escala de pesticidas e outros venenos.

No Brasil, a depauperada Mata Atlântica nordestina, em que concorrem os biomas do cerrado e da caatinga ao lado dos ecossistemas costeiros, apresenta grande diversidade de rapinantes, com cerca de 50 espécies, a maioria residentes, e o maior número de endêmicas, com oito espécies (BENCKE et al, 2006; MENQ, 2018a). Como exemplo dramático, a população do gaviões-de-pescoço-branco (*Leptodon forbesi*), moradores exclusivos das matas nordestinas, não chega a 2.500 indivíduos e vem caindo, conferindo a essa espécie o estatuto de ameaçada (MENQ, 2018b). Ou a população de rapinantes

que se alimentam preferencialmente de crustáceos, como o gavião caranguejeiro (*Buteogallus aequinoctialis*), que declina no mesmo passo da redução dos manguezais.

Em áreas de ocupação humana, tudo sempre pode piorar, e tanto pior para as rapinantes, historicamente perseguidas sob a acusação de predação de aves e mamíferos domésticos, e serem elas mesmas, como outras aves, presas do tráfico internacional de animais silvestres. Algumas rapinantes buscam ativamente a *domus* e penetram as áreas mais antropizadas onde, como outras espécies invasoras (adjetivo que diz muito sobre nós), reutilizam estruturas e buscam alimento subproduzidos pela ocupação humana. Aí improvisam ninhos, consomem lixo de todo tipo e carniça, e caçam outros comensais, de passarinhos urbanos a ratos e insetos. E aí estão sujeitas a acidentes com veículos (terrestres e aéreos), ao envenenamento (acidental ou não) e a todo tipo de violência no encontro com o humano (BILDSTEIN, 2017). Ainda assim, algumas espécies experimentam um considerável sucesso conservando esse modo de vida, como é o caso do carcará (*Caracara plancus*), um falcão generalista na dieta e oportunista em quase tudo o mais, que tem aumentado de população em algumas áreas, apesar dos encontros agônicos com os humanos, ou exatamente por saber aproveitar esse nicho antrópico.

Uma conclusão provisória sobre os diferentes espaços ocupados pelas aves de rapina, e os diferentes modos de se encontrarem com os humanos, é que o que acontece com essas aves enquanto coleção de espécies – um conjunto de conjuntos de populações – não exprime o que vivenciam enquanto indivíduos, enquanto, no dizer de Susan Oyama (2000), sistemas ontogênicos. Carcarás podem aumentar em população e ocupar novos espaços promissores, o que não os salva de experimentar encontros desagradáveis com o humano. É o recado exemplar da galinha: o vertebrado terrestre mais generosamente representado do planeta e vivendo, em sua imensa maioria e individualmente, uma vida curta e suplicante. O sistema social, no entanto, as socialidades (mono, inter ou multiespecífica) estabelecidas pelo organismo a cada momento, relacionam-se diretamente com o fluir comportamental de cada indivíduo, pois é nesse espaço relacional que o organismo conserva ou modifica seus modos de vida (VIANNA, 2011).

Visitar um santuário de aves de rapina, onde muitos desses animais são acolhidos depois de passarem por más experiências de vida, pode nos ajudar a vislumbrar o que significa, para uma rapinante, mudar suas histórias ontogênica e coontogênica, ou seja, sua história de mudanças estruturais e seus encontros com outros organismos, humanos ou não. O Parque dos Falcões, situado ao pé da serra de Itabaiana, no agreste sergipano,

é um lugar assim. Além de santuário e centro de educação ambiental, o Parque tem como fontes de renda a visitação guiada, cursos de manejo, e o uso da falcoaria como sistema de controle biológico (VIANNA; SANTOS, 2018). Chamam a atenção do visitante, as regularidades comportamentais na relação entre cuidadores e animais, mesmo no caso das aves mais traumatizadas ou menos habituadas à presença humana. A exemplo dos etólogos, os cuidadores explicam parte do comportamento adaptável das rapinantes pela noção de imprinting, um mecanismo de aprendizado conservado na linhagem, em especial das aves, que permite ao organismo ligar-se a um cuidador (ou parceiro sexual) de outra espécie, e pode ser intencionalmente induzido pelo humano (SLUCKIN, 2009): a ave está imprintada, é o que se diz. O imprinting confunde-se, nesse sentido, com determinados usos do conceito de domesticação, em que o *locus* das mudanças são a fisiologia e o comportamento animal, e, sua motivação, a intenção e o agir humanos.

Os cuidadores do Parque, no entanto, que além de sua vivência com as aves, participam de outras redes de conversação além das dos biólogos – a dos falcoeiros (que costumam abordar o imprinting de modo diferente do que vê em etologia), das tradições locais, religiosas e esotéricas, e da medicina alternativa –, não corroboram inteiramente em seus relatos e práticas, a noção de uma disposição inata das aves de responderem passiva e automaticamente às intervenções humanas. De minha parte, seguindo as coerências explicativas da escola chilena conhecida como Biologia do Conhecer (MATURANA; VARELA, 2003; VIANNA, 2016), entendo que nem o imprinting (se é que queremos que ele permaneça um conceito válido), nem os processos de domesticação (em que pesem o uso disseminado e a bagagem política desse conceito), podem ser considerados interações instrutivas, em que um organismo (por exemplo, um humano) especifica a dinâmica estrutural de outro organismo (por exemplo, uma rapinante). Não pode, enfim, haver interações instrutivas em uma relação coontogênica, uma relação de que participam dois sistemas ontogênicos estruturalmente determinados. No caminho explicativo que adoto aqui, as mudanças estruturais de um organismo são determinadas, a cada momento, por sua própria estrutura cambiante, ainda que essas mudanças sejam coerentes com a sua história de interações com outro ou outros organismos. Essas interações ocorrem, necessariamente, em um domínio comportamental, e podem estabelecer, se forem recursivas e recorrentes, um domínio linguístico (VIANNA, 2011), e, assim, um sistema social de primeira ou de segunda ordem, isto é, uma “socialidade interespecífica” (VIANNA; MAIA, 2017).

Deixar de reconhecer o papel dos organismos não humanos nos processos irreduzivelmente relacionais que denotamos como domesticação, nos cega para os afetos mútuos observáveis, seja no domínio comportamental, seja na história de mudanças corporais dos organismos envolvidos no processo. A prática da falcoaria, em geral e os encontros observados e relatados no Parque dos Falcões, em particular, e até mesmo a consideração de certos modos de vida entre as aves de rapina, podem nos ajudar a desconfiar, a andar mais devagar, ou a hesitar, como diz Vinciane Despret (2016), diante de descrições que tornam os animais inumanos automaticamente mais ou menos interessantes, ou mais ou menos estúpidos, uma lógica que não se diz bem a não ser no francês da autora, de *rendre bêtes les bêtes*.

Encontros no Parque

Átila, rei dos hunos, o mais truculento dos homens, chamado “flagelo de Deus”, achava o gavião açor tão aprazível, que o usava como adorno em sua insígnia, capacete e barrete. (Aldrovandi, citado em *The Goshawk*)²

Meu primeiro contato com o Parque dos Falcões foi em 2015, alguns meses depois que comecei a lecionar no campus de Itabaiana da Universidade Federal de Sergipe. Nesse ano, dei um curso de extensão (sobre linguagem não-humana) para os alunos do Departamento de Letras, que previa uma visita ao Parque. Desde então, eu e alunos de graduação, do mestrado em antropologia e de iniciação científica da UFS estivemos uma quinzena de vezes no Parque dos Falcões, em visitas guiadas, pesquisas de campo e conversas mais e menos acadêmicas com os cuidadores e com as aves, incluindo uma imersão de quatro dias em agosto de 2018 para o curso de “Manejo, reprodução e treinamento de aves de rapina”, oferecido pelo pessoal do Parque e outros profissionais.

Éramos trinta e poucos participantes humanos no curso, e no último dia subíamos um trecho da serra de Itabaiana, cada um ou uma trazendo ao punho uma rapinante diferente. Não sei se os cuidadores do Parque quiseram distribuir as aves cada uma segundo as características (o peso? a personalidade?) do humano correspondente. Isso faz sentido em alguns modos humanos de conversar. Em um tratado poético de falcoaria,

² Tradução minha. No original: “Attilae Hunnorum Regi hominum truculentissimo, qui flagellum Dei dictus fuit, ita placuit Astur, ut in insigni, galea, & pileo eum coronatum gestaret” (White, 2007).

caça e heráldica do século XV, a *dame* Juliana Berners (1901) recomenda respeitar o ranking sociopolítico no pareamento ave-humano: uma águia (ou um abutre) para o imperador, o gavião asa-de-telha (*Parabuteo unicinctus*) para um barão, um esmerilhão (*Falco columbarius*) para uma dama, um açor (*Accipiter gentilis*) para o camponês e um peneireiro (*Falco tinnunculus*) para o serviçal. Ou, mais recentemente, nas terapias assistidas por animais, em que a eficácia terapêutica depende da escolha do parceiro não humano, por grande grupo taxonômico (um mamífero?), modo de vida (um animal aquático?), espécie (um golfinho-nariz-de-garrafa?), ou indivíduo (o tolerante Flipper?), que deve responder ou corresponder não apenas às necessidades, mas às inclinações, preferências e afinidades particulares do paciente humano (MUTTERLE, 2016).

No nosso caso de humanos levando ou sendo levados por aves pela montanha, nada parecia tão bem ajustado ou permanente. Lembro-me que, nas quase duas horas do percurso de ida e volta por aquele trecho da serra, aquelas dezenas de díades ave-humano ora me pareciam grifos, como o centauro evocado pelo mover juntos de cavaleiro e cavalo (MAURSTAD; DAVIS; COWLES, 2013), ora partes que se assemelhavam e deixavam de se assemelhar, como espelhos episódicos umas das outras, ora dançarinos inconstantes, que coordenavam e deixavam de coordenar suas ações. Uma dinâmica, enfim, que parecia mudar de par a par e de momento a momento para cada par. Na minha própria díade, posso testemunhar que nossas coordenações eram, no máximo, instáveis, e que de certo modo, e em média, ela melhorou do início ao fim do percurso. Não me senti um barão, como na hierarquia proposta acima por *lady* Berners, por trazer, atrelada à luva de falcoeiro, uma fêmea adulta de gavião asa-de-telha. Percílio, o cuidador-chefe do Parque dos Falcões, na certa confiou-me a esse animal por reconhecer minha falta de familiaridade com aves de rapina. Ao contrário da maioria das rapinantes, o gavião asa-de-telha, é, enquanto espécie, um animal social: vive (pode viver) e caça (pode caçar) em bandos. É, portanto mais afeito, enquanto espécie, a fazer coisas junto com o outro, e daí sua popularidade internacional na prática da falcoaria, e indicação, embora não sem reservas, para os iniciantes (PARRY-JONES, 2012). Além de conservar o modo de vida da linhagem, esse indivíduo que calhou de subir a serra comigo, Zadora (se não erro a grafia do nome), tem sua longa e particular história de relações com humanos no Parque dos Falcões. Não era, pois, simétrica a relação, e tem fundamento a sensação de que comeci o passeio pior do que terminei.

Em questão de segundos, e sem aviso prévio, Zadora ensaiava um voo atabalhado, batendo as asas bruscamente, e caía do punho, pendendo de ponta-cabeça presa pela

trela (o cordão que unia sua perna à luva), como um enforcado virado do avesso. Uma visão horrível. Haviam-me ensinado, nesses casos, a levantar o punho, e Zadora voaria sozinha de volta para a minha (nossa) luva. De fato, ela sempre voltava, e assim que pou-sava não parecia perturbada pelo ocorrido. Eu ficava em frangalhos. Li meses depois que o falcoeiro pode e deve ajudar, apoiando gentilmente a ave pelo dorso e reconduzindo-a até o punho (White, 2007). Evidentemente, Zadora estava preparada para a minha ignorância, e os cuidadores sabiam disso. Mesmo preso pela trela, e eu aparentemente livre, esse gavião, no pouquíssimo tempo em que dividiu um espaço comigo, ajudou-me a modificar minha dinâmica estrutural em sua direção, tornando-me mais disposto a viver-com um gavião, ou, pelo menos, com Zadora.

Não sei a procedência de Zadora. Sei que no Parque dos Falcões abrigam-se mais de 300 aves (não só rapinantes)³ que, ou nasceram ali, ou, apreendidas por agentes ambientais, ou recolhidas por particulares (vítimas de acidente e de abandono), foram entregues aos cuidados do Parque. Muitos animais apresentam sequelas físicas e transtornos psicológicos, aparentemente irrecuperáveis. Alguns se recuperam, ou passam a fazer coisas diferentes do que faziam antes, no fluir da relação com os cuidadores e com as demais aves do Parque. Alguns participam de processos de readaptação para a vida livre e são soltos em uma área adequada. Quando isso não é possível ou desejável na avaliação dos cuidadores (o que depende fundamentalmente das ações das aves), permanecem aos cuidados do pessoal do Parque, seja na companhia de seus coespecíficos, acasalando, chocando os próprios ovos ou tendo seus ovos chocados por outras aves, ou deixando-se imprimir para inseminação artificial (SCHROER, 2018), ou ainda, nos casos mais problemáticos, vivendo isolados no cativeiro. Algumas rapinantes, nativas ou não do Parque, são convocadas para missões de controle biológico, e envolvem-se na prática falcoeira (também usada como técnica de reabilitação), ou no contato com o público, po(u)sando para fotos com os visitantes ou performando em shows de falcoaria e hipnotismo animal. Outras, como alguns carcarás, que dispensam tanto o cativeiro quanto o trabalho, deixam-se ficar por ali, vagando pelo Parque dos Falcões. Outras ocuparam

³ Em fins de 2018, residiam no Parque dos Falcões 39 gaviões e águias de dez espécies diferentes, 24 falcões (seis espécies), 42 corujas (sete espécies) e seis urubus (três espécies). Além das aves de rapina, abrigam-se no Parque cerca de 20 patos domésticos (*Anas* sp.), três gansos (*Anser* sp.), seis seriemas (*Cariama cristata*), cerca de 150 pombos (*Columba livia*), e cerca de duas dezenas de galinhas (*Gallus g. domesticus*), galinhas da angola (*Numida meleagris*) e pavões (*Pavo cristatus*), havendo, inclusive, híbridos entre essas duas últimas espécies, que formaram no Parque um bando separado e coeso (VIANNA; SANTOS, 2018).

o Parque por conta própria e fixaram residência, como aconteceu com um casal, hoje uma família maior, de corujas buraqueiras (*Athene cunicularia*). E há as aves que vivem nas bordas, sobrevoando, pousando e saindo do Parque quando lhes convém, e dificilmente saberíamos precisar se integram ou não a *domus* (VIANNA; SANTOS, 2018).

Os carcarás são exemplares do contexto multiespecífico do Parque dos Falcões, preenchendo quase todos os nichos do parágrafo anterior: há carcarás cativos, soltos, em bando e isolados, empregados e ociosos, entretendo o público ou aterrorizando os visitantes, residindo ou frequentando ocasionalmente o Parque (funções, claro, que podem se sobrepor num mesmo indivíduo). O carcará, membro da família taxonômica dos falcões, faz parte da identidade visual do Parque, que traz sua figura estampada na marca, tal como o gavião açor nas insígnias de Átila. O pessoal do Parque costuma justificar o status especial do *Caracara plancus* com a história pessoal de José Percílio. Com sete anos de idade, o cuidador encontrou o ovo de onde saiu o carcará Tito, que se tornou companheiro e primeiro mestre de Percílio na arte de conviver com aves de rapina. Desde então, Percílio expandiu a qualidade e a quantidade de suas relações com as rapinantes e outras aves, culminando na instituição do Parque dos Falcões em 2003, em terreno de sua família e em parceria com outro falcoeiro autodidata que conheceu nos anos 90, Alexandre Correia. Tito ainda circula pelo Parque, um residente ilustre da *domus* com uma vida inteira (quase 30 anos) de convivência com humanos e outras aves.

Nem tão estranhos no ninho

Eu não eu faço o ninho. Ensino como é sem a águia, depois faço com a águia e dou uma hora pra cada uma equipe fazer o ninho (...) e boto cinco ninhos pra Fênix ou Pandora ou Drácula avaliar – avalie aqui esse ninho – e ela sobe, olha, cata o que tiver ruim, e sai destruindo os que não tiverem bons, ou aprova e avisa a gente, um erro ela ainda tolera e ajeita. (Percílio, sobre ensinar humanos a construir ninhos, em 2018).

Além da proeminência de Tito e a face de sua espécie na insígnia, penso que o carcará representa o Parque dos Falcões em outro sentido, mais oportuno para meus propósitos aqui. Mais que outros habitantes do Parque, os carcarás são bons para nos fazer hesitar diante de certos conceitos correntes e debates recorrentes do discurso científico oficial, em especial: 1) nossa insistência em separar natureza e cultura (e ver a

domesticação como a passagem da primeira à segunda); 2) a confusão (de tipos lógicos, diria Gregory Bateson, 2000) entre linhagem e indivíduo, o que conduz ao enganoso debate sobre onde estaria, dentre esses dois níveis, a origem do comportamento (refra-seando em uma dicotomia um tanto gasta, se é inato ou aprendido); 3) e, finalmente, a contradição (também equivocada, a meu ver) entre o indivíduo e o sistema social.

Sobre rapinantes naturais e aculturados, alguns carcarás que perambulam pelo Parque aceitam e buscam a proximidade do humano e outros evitam esse contato a todo custo. Uma terceira categoria é agressiva com membros da nossa espécie (o que se assemelha à primeira, na supercategoria das intimidades). Qual ou quais desses carcarás é selvagem, doméstico, ou, ainda, feral (uma reversão, na narrativa da via de mão única)? Ou há um *continuum* selvagem-doméstico? Todos se domesticaram em algum grau, podemos dizer, mas só podemos aplicar o conceito às três categorias (e simplifico reduzindo-as a três), se relativizarmos o caráter instrutivo ou coercitivo da participação humana no processo. O comportamento (mais usual) de cada carcará vivendo solto no Parque pode ser coerente com a sua história de relações com o humano, sem que as ações humanas especifiquem a conduta de um animal que: 1) participa de outras redes de relação além da estabelecida com o humano; e 2) não admite interações instrutivas enquanto sistema determinado estruturalmente (MATURANA; VARELA, 2003; VIANNA, 2011).

Como ilustra Bateson (2000), se chutamos um cãozinho, ele fará mais do que descrever uma parábola no ar, mas não sabemos exatamente o que, se vai fugir, ganir ou se virar e nos morder. Nosso chute não “informa” o cãozinho, mas desencadeia nele processos gerados em sua própria dinâmica estrutural. Por sua vez, tais mudanças de estrutura, que pertencem ao domínio da fisiologia, não “produzem” comportamento, ainda que, novamente, a história de mudanças estruturais seja coerente com o fluir das emoções, ou seja, das disposições de ação daquele organismo (VIANNA, 2011). Chutar um cãozinho é terrível. Mas distinguir esse domínio comportamental como terrível (como, espero, faz a maioria de nós) não garante o fluir emocional do próprio cãozinho, o que não tira a responsabilidade de quem chutou. Se um carcará conservava um modo de vida distinto (selvagem, dizemos) antes de entrar no espaço da *domus*, o que ele irá criar com o humano e outros organismos nesse novo espaço coontogênico é uma socialidade de segunda ordem (segunda por ser a seguinte, não por pertencer a outro domínio ontológico): uma nova socialidade multiespecífica, que só é diferente na medida em que distinguimos, no domínio comportamental desse organismo, outras coordenações de conduta e

outros parceiros relacionais, incluindo a nós mesmos. Entender as socialidades anteriores como naturais, em oposição às domesticadas é (perdoe-me a circularidade) naturalizar condições iniciais, que nunca são iniciais em um sistema ontogênico, pois esse está em permanente mudança estrutural e fluir emocional, em permanente acoplamento estrutural com o meio, que inclui outros organismos (MATURANA; VARELA, 1997; 2003). Essa naturalização do natural nos leva a imaginar que condições naturais são necessárias para se distinguir um organismo como um organismo de determinado tipo. No entanto, domesticar também é (também pode ser) reelaborar espaços de convivência, que sempre são naturais (sempre participam da conservação dos modos de vida do organismo, num dado momento) e sempre são feitos, refeitos, fabricados (sempre experimentam a ação dos organismo envolvidos, nem sempre um humano, para se constituírem e se modificarem).

Penso aqui na utilização de artefatos e técnicas ocidentais por grupos humanos tradicionais, e como esses processos são (mal) entendidos (não pelos povos em questão; ver MURA, 2008) como estranhos a uma cultura ancestral, a única que nos permite distinguir um sistema social como um sistema social de dado tipo. Ou no debate sobre a “língua originária” (VIANNA, 2017), que continua assombrando os povos indígenas nordestinos, falantes nativos do português, com a perda de um estigma da indianidade. E então olhamos para as rapinantes que aproveitam estruturas antropogênicas para nidificar, ou utilizam materiais (hu)manufaturados para construir seus ninhos (ELPHICK, 2016). Percílio mostrou-nos o vídeo de um quiriquiri (*Falco espaverius*) levando uma presa viva, um passarinho, para uma estrutura de fios metálicos. Nenhum etólogo dirá que o quiriquiri perdeu uma cultura rapinante originária, mas que adaptou padrões herdados de comportamento a um meio modificado pelo humano. Na perspectiva de que são objetos naturais, desprovidos de (ou separados da) cultura, animais só podem ser outra coisa se mudarem evolutivamente (por seleção natural ou o outro mecanismo) ou se entrarem na esfera de controle (reprodutivo, comportamental) do humano, ou seja, se forem domesticados, passando assim a um domínio ontológico distinto, des-natural.

Darwin (1979) dedicou o primeiro capítulo inteiro do *Origem das espécies* à seleção artificial por ver, no controle reprodutivo exercido pelo humano, um paralelo, e, portanto, uma chave explicativa, dos processos naturalmente modificadores. Mas Darwin, ao contrário de alguns de nós, estava atento ao papel ativo dos organismos nos processos de mudança e conservação experienciados por eles mesmos e outros elementos do entorno. O livro de Darwin (2009) sobre as minhocas é um longo argumento sobre a transformação

do *oikos* pelo fenômeno do viver, antecipando teorias posteriores de *niche construction* (LALAND; ODLING-SMEE; FELDMAN, 2001) e da origem e manutenção bióticas de ecossistemas complexos, como na ideia de Gaia (SAGAN, 2015). Como propõe Anna Tsing (2018, p. 247), faríamos bem em estender ao termo “doméstico” a desconfiança que cientistas sociais têm por “selvagem”, se a ideia de transformado-pelo-humano do primeiro é tão carregada de compromisso ideológico quanto a condição pristina, não contaminada de civilização, presente no segundo. Apenas reparo que “selvagem”, talvez por seu uso colonialista mais evidente, resiste a uma releitura mais relacional e dinâmica, o que não precisa passar com “doméstico”, desde que não nos esqueçamos, repito, de sua bagagem igualmente ideológica. Na esteira dessa diferença, a condição feral não faz referência apenas a um estado original, mas à suspensão dos agenciamentos próprios da domesticação, em que diacríticos comportamentais como docilidade, submissão, imobilidade e dependência do humano (além das mudanças físicas) são anulados como resultados dessa suspensão (ver, por exemplo, Fijn, 2018). É o que sugere a aplicação do conceito também a humanos, *feral children*, em inglês (CANDLAND, 1993), que acusa a condição provisória da domesticação mesmo para nós, ocupantes nativos da *domus*. Projetos de reintrodução de animais “na natureza” e casos de feralidade “acidental” (as aspas são inevitáveis), aparentemente distintos no peso da agência humana, colocam, ambos, a mesma questão da agência distribuída em processos irreduzivelmente coontogênicos. Animais nem se desantropogenizam docilmente, nem irrompem sozinhos num estado de renovada natureza.

Sobre linhagens e indivíduos, os carcarás do Parque também podem nos dizer algo. O tratamento de organismos não humanos como objetos naturais (em oposição à nossa posição de sujeitos históricos), mais que resquício de um cartesiano ultrapassado, subsiste pelo dogma ainda hegemônico nas ciências da natureza (e aceito em outras áreas disciplinares), que faz da espécie como *locus* preferencial do comportamento e da fisiologia. Essa é, basicamente, a orientação dos estudos em comportamento animal, com seus padrões fixos de ação e mecanismos inatos (LORENZ, 1995), por mais que a etologia dos “quatro porquês” (INGOLD, 2008) considere outros níveis de explicação. O problema é que a explicação de corpos e comportamentos específicos leva em conta uma concepção reducionista de herança, que faz, da espécie depositária de um pool genético e das vicissitudes selecionadoras do ambiente. Espremido entre as pressões causais de dentro (os genes) e de fora (o ambiente), o animal só faz o que seus corpos foram selecionados para

fazer. Na crítica de Lewontin (2000, p. 43, tradução minha), “o ambiente coloca problemas e o organismo propõe soluções aleatórias”.

Mas é isso o que se passa com os diversos caracará do Parque dos Falcões? Sem dúvida, esses animais partilham mais genes entre si que com outras aves, e conservam modos de vida *C. plancus* (comem de tudo, andam pelo solo, ocupam espaços antrópicos), bem como modos falconídeos (predam pequenos animais) e das aves de rapina (comem carne, voam, cuidam dos filhotes). Mas cada carcará é, como todo organismo, um sistema ontogênico, que simplifico aqui chamando de indivíduo, pois trata-se de um feixe dinâmico de relações, alianças e histórias simbióticas (OYAMA, 2015). A partir do que cada carcará faz em seu viver no Parque, em especial no espaço coontogênico (suas relações com filhotes, presas, outros caracará e outros organismos), será conservado ou modificado um modo de vida, para si e transgeracionalmente, pois a descendência irá ocupar (a seu modo) esses espaços continuamente modificados. O que torna Tito diferente de outros caracará do Parque não é a sua experiência com Percílio (mesmo que esse seja um aspecto relevante nas descrições que fazemos de Tito), ou um arranjo particular de genes, mas uma história particular de interações coerente com sua deriva ontogênica, com consequências distintas (em relação a outros caracará) para os espaços de convivência criados no viver de Tito. Na abordagem mais abrangente de herança proposta pela Teoria de Sistemas em Desenvolvimento (OYAMA, 2000), a ontogenia do sistema vivo (o viver do organismo), está em relação recursiva com a linhagem a que pertence. Essa ontogenia transcorre, em sua particularidade (o viver de Tito, digamos), de modo contingente com sua história de relações com o meio, e em sua regularidade (o comportamento ou fisiologia padrões dos *C. plancus*) pela reprodução e conservação dos modos de relação da linhagem: uma herança sistêmica, e, não, genética ou informada pelas características do meio, incluindo o humano e outros organismos. Em uma linha semelhante, o trabalho de Maturana e Mpodozis (1992) implica, na evolução dos sistemas vivos, o mecanismo que os autores denominam “deriva natural” ou o papel da conduta do vivo (que inclui suas alianças, afetos e simbioses) no estabelecimento de linhagens ontogênicas.

Finalmente, as perspectivas do indivíduo e do sistema social não são, a meu ver, contraditórias, mas mutuamente implicadas. No caminho explicativo que sigo aqui, da Biologia do Conhecer, o sistema social surge como consequência do operar de seres vivos, e existe apenas enquanto servir de meio para a realização do viver dos organismos

que o compõe⁴. Exponho a seguir, da forma mais breve que consegui, os fundamentos dessa maneira de falar sobre os sistemas sociais.

Um sistema vivo é uma máquina de determinado tipo, que distinguimos de outras por sua organização autopoietica, termo do grego que faz referência às produções moleculares circulares de uma célula, ou um organismo celular. Viver é conservar a autopoiese por toda a ontogenia da unidade viva (VIANNA, 2016). Seres multicelulares – um caracará, um humano – são sistemas autopoieticos de segunda ordem, pois a autopoiese de suas células participa da conservação da organização do metassistema. Quando observamos um sistema vivo, distinguimos as relações entre seus componentes (o domínio da fisiologia) e a relação do sistema com o meio (o domínio do comportamento). Podermos observar os dois domínios simultaneamente, mas eles não se intersectam (MATURANA; VARELA, 1998; 2003). Com a separação fenomênica entre fisiologia e comportamento, não podemos falar de representação (do mundo, da realidade) como uma operação interna do organismo. E com o conceito de determinismo estrutural, não podemos falar que o meio informa o organismo, ou o inverso. O organismo é determinado por sua estrutura a cada momento, durante a ontogenia. As regularidades observadas (correspondência entre as mudanças estruturais e os encontros com o meio) são explicadas pelos conceitos de “acoplamento estrutural” e “conservação da adaptação” (MATURANA; VARELA, 1998, ps. 102-103): como a estrutura do organismo só permite interações que conservem a organização ou a destroem, observar um ser vivo em seu meio é observar um domínio comportamental que conserva, naquele momento, a adaptação do organismo ao meio e a sua organização. Adaptação e organização são invariantes: viver é conservar a adaptação e a organização autopoietica.

O fluir comportamental (as ações do ser vivo em um meio) modula o curso das mudanças estruturais, inclusive quando parte do meio com o qual o organismo interage é outro organismo. Quando, em um domínio comportamental, consideramos dois ou mais sistemas vivos em interação, as mudanças estruturais de cada um irão ocorrer em

⁴ Nas redes sociotécnicas (LATOURETTE, 2012), a composição dos coletivos surge de práticas de mediação de que participam humanos e não humanos, vivos ou não. Como o meu ponto de partida é biológico, trato os sistemas sociais como macrossistemas compostos por sistemas vivos para explicá-los. O ponto em comum com as redes latourianas é que, também aqui, não é possível chamar de sociais apenas coletivos compostos por humanos. Se eu fizer isso, devo aceitar que o fundamento da explicação do sistema deixa de ser biológico e encontra suas motivações em outro domínio fenomênico. Na Biologia do Conhecer, todo sistema social é composto por sistemas vivos, mas nem todo agrupamento de sistemas vivos (inclusive humanos) é um sistema social.

um contexto coerente com a sua história de interações. Um sistema social surge quando um organismo participa da conservação da autopoiese de outro(s) organismo(s) no domínio comportamental. Um sistema social é um domínio comportamental coontogênico, e, como participa da realização da autopoiese de seus componentes, pode ser considerado um sistema autopoietico de terceira ordem.

Voltando ao Parque, podemos considerar que, se a linhagem *C. plancus* não se confunde com o viver de qualquer caracará dali (ainda que todo caracará conserve certos modos de vida da linhagem), o sistema social de que cada caracará participa, composto pelos organismos com quem ele coordena recorrentemente suas ações, configura-se como um meio em que o carcará irá realizar sua autopoiese, ou seja, em que o carcará irá conservar sua adaptação e sua organização. E mais, a entrada de um carcará em particular no Parque, tanto irá mudar a dinâmica social da *domus* (sistemas sociais também têm sua ontogenia) quanto o fluxo de ações e emoções do caracará irá mudar em coerência com sua nova história de relações coontogênicas, ou seja, ele irá participar de uma nova socialidade multiespecífica, uma socialidade multiespecífica de segunda ordem.

Coontogenia falcoeira

Pistetero - Mas, o mais importante de tudo é que o próprio Zeus, que reina nos nossos dias, se perfila com uma águia sobre a cabeça, como rei que é. A filha usa uma coruja, e Apolo, como escudeiro, um falcão.

Evélpides – Não há dúvida, tens toda a razão. E porque é que trazem essas aves com eles?

Pisterero – Para que, na altura dos sacrifícios, quando lhes põe nas mãos, como é de praxe, as vísceras das vítimas, as aves as recebam primeiro que o próprio Zeus. Tempos houve em que ninguém jurava pelos deuses, juravam todos pelas aves.

Aristófanes, *As Aves* (1989, p.98)

Em *H is for Hawk*, a escritora inglesa Helen MacDonald (2014) conta-nos que há uma superstição entre os falcoeiros, segundo a qual o desempenho da ave é inversamente proporcional à ferocidade do seu nome. Chame sua águia de, digamos, Exterminadora, e ela se recusará a levantar voo. Se de fato dizem isso, falcoeiros e falcoeiras tocam num ponto crucial de suas relações com essas aves: rapinantes não respondem docilmente a nada. Docilidade aqui não é o oposto de ferocidade, como podíamos depreender do

epíteto “de rapina” dessas aves (pombos podem ser mais agressivos que gaviões). Docilidade faz referência à disposição da ave para cooperar, de atender aos comandos humanos em qualquer condição, incluindo o recurso à violência. Se você decide aterrorizar a rapinante como estratégia de controle, ela irá preferir morrer que fazer o que você quer (WHITE, 2007). Nisso as rapinantes são o oposto de chimpanzés (*Pan troglodytes*) mantidos na *domus*, que, adultos, não farão o que se espera deles, podendo inclusive agredir seus cuidadores, mesmo quando criados, na nossa perspectiva, em um amoroso lar humano. Para esses primatas, o doce lar é basicamente um cativeiro (HARMON, 2009). Como as experiências de circo demonstram tragicamente, chimpanzés adultos só se curvam pelo uso da violência. Com as rapinantes, ao contrário, é preciso conversar muito.

Aves de rapina, como coloca Sara Schroer (2018, p. 45, tradução minha), “claramente não são seres passivos influenciados pelo humano, nem seres facilmente controlados ou dominados” em uma relação interespecífica. Relacionar-se com aves de rapina não é, tampouco, uma questão de conhecer o etograma da espécie, seja na literatura especializada ou em campo: demanda tempo, envolvimento recorrente com uma ave em particular, um processo de habituação (ou de *cohabituação*), em que rapinante e humano “aprendem a aprender” (BATESON, 2000, p. 364) os sinais da disposição de ação um do outro. Ambos devem se dispor a aprender a escutar. Claro, o mesmo pode ser dito sobre outros grupos animais, ao menos entre os familiares aves e mamíferos, com que humanos mantêm contato direto, como é o caso de tratadores, criadores, veterinários, adestradores, pescadores, caçadores e habitantes dos espaços menos antropizados do planeta e, do lado extra humano, as espécies residentes, oportunistas e comensais que nos acompanham de perto desde a emergência dos “campos de reassentamento multiespécies do neolítico” (SCOTT, 2017, p. 18). Uma diferença importante da abordagem dita amadora em relação aos etólogos (e outros cientistas) é justamente a atenção maior ao que se passa com animais individuais. Apenas faço notar que esses dois traços relacionais, a lenta construção de um entendimento mútuo e a atenção às disposições individuais (e cambiáveis) são a tônica, às vezes enfática na comparação com outros exemplos de interações humano-animal, tanto na literatura técnica e ficcional sobre rapinantes (BILDEN, 2017; MUTTERLE, 2016), em especial sobre a falcoaria (MACDONALD, 2014; PARRY-JONES, 2012; SCHROER, 2018; WHITE, 2007), quanto nos relatos e observações que pudemos colher no Parque dos Falcões. Os cuidadores Percílio e Alexandre são insistentes em frisar o comportamento único e dinâmico de cada rapinante.

Quando os cuidadores do Parque dos Falcões nos dizem que é preciso estar atento à vocalização e à linguagem corporal das aves de rapina, ainda que esses termos estejam adequados ao discurso sobre a “comunicação” animal (sempre contrastando com a exclusividade humana na linguagem), o contexto é uma ave em particular em uma situação interacional particular, e isso só faz sentido se fizermos referência ao espaço de relações configurado pelo afeto mútuo entre aquele cuidador e aquela ave. O tom geral dos cuidadores – de Alexandre e de Percílio –, bem como os eventos de atenção conjunta que pudemos observar e registrar entre humanos e aves no Parque, corroboram os outros relatos de falcoeiros, de que só é possível se relacionar com uma ave de rapina se o humano enxergar a ave como um ser intencional com inclinações e vontades próprias, e que é preciso entender essas inclinações e vontades para o estabelecimento de uma relação recorrente. De outro modo, a ave não vai querer participar. Jemima Parry-Jones (2012) sugere o tempo mínimo de dois anos e meio para que (na relação exclusiva entre um determinado falcoeiro e uma determinada rapinante), se estabeleça a confiança e os afetos mútuos. O escritor Terence White (2007), que escreveu um relato de suas tentativas de adestrar um açor usando técnicas antigas de falcoaria, descreve a estratégia, no início da relação humano-rapinante, de ficar acordado com a ave em punho por até três dias. Alerta com a proximidade do humano, a ave se recusa a dormir, e assim é forçada a se habituar àquele poleiro bípede. Mas o termo “forçada” é, em parte, enganoso. Além da vigília não causar desconforto à ave, o compromisso do falcoeiro de ficar acordado junto com a ave, faz toda a diferença para que o animal aceite iniciar a relação.

Parte da unanimidade dos falcoeiros em relação à individualidade das aves de rapina tem a ver com os modos de vida das próprias aves. E aqui não se trata de uma linhagem, mas de disposições comuns. Aves de rapina são um grupo heterogêneo, e não um clado taxonômico, que compreende as famílias Accipitridae (águias, gaviões e abutres do velho mundo), Pandionidae (águia pescadora), Cathartidae, (condores e urubus, ou abutres do novo mundo), Titonidae (corujas suindaras), Strigidae (demais corujas) e Falconidae, os falcões e carcarás (BILDSTEIN, 2017). As três primeiras famílias compõem uma mesma ordem (Accipitriformes), mas corujas e falcões pertencem a clados respectivos diferentes (BILDSTEIN, 2017; ELPHICK, 2016; SIGRIST, 2013). O que une as aves de rapina é a conduta, não pela caça, e nem mesmo a carnivoría⁵. O próprio

⁵ Nem toda rapinante caça, a exemplo dos urubus, condores e abutres, e eventualmente o caracará, que são preferencialmente carniceiros. Quanto à carne, muitos falcões (novamente, também o caracará)

termo latino *raptor*, “saqueador”, resume melhor o comportamento comum das rapinantes. Se o termo soa mal, é porque nos acostumamos (há milhares de anos) a considerar o espaço interno da *domus* o lar inviolável, e o que está fora, uma ameaça externa (SCOTT, 2017). Está aqui em jogo um modo de vida avesso aos diacríticos tradicionais dos relacionamentos na *domus*: domínio e submissão, controle e dependência. E então vemos que falcoeiros e falcoeiros também cultivam relações desse tipo com as rapinantes. Não costumam se referir à sua relação com as aves em termos de dominância (como pode ser o caso, por exemplo, em adestramento de cães), mas como uma disposição para entender o desejo das aves, e agir de acordo. A ave voltar para o punho depois de uma manobra de voo é comemorado não como uma subjugação do animal, mas como uma escolha, favorável para o falcoeiro, realizada pela ave.

As aves como um todo sofrem, mais que outras linhagens, certamente mais que os mamíferos, com o discurso do animal acuado entre uma natureza fixa – o instinto, os padrões fixos de ação – e as contingências de seus encontros com o humano. As aves são tristemente conhecidas por padrões de aprendizado do tipo sim-não (GOULD, 1992), modificando o comportamento de modo previsível a partir de estímulos específicos, uma inflexibilidade explorada inclusive dentro da linhagem, como é o caso do cuco (*Cuculus canorus*) que põe seus ovos no ninho de outros aves. Os pais parasitados, programados (dizemos) para alimentar qualquer coisa que se encontre no ninho, irão criar o jovem cuco, e condenar os próprios filhotes à inanição. É nesse contexto de rigidez comportamental aviária que o imprinting disseminou-se nas explicações etológicas (LORENZ, 1995; SLUCKIN, 2009). O imprinting é um mecanismo de aprendizagem ativado precocemente ou em janelas precisas, em que o animal se fixa em determinado estímulo. Ligar-se precocemente a um cuidador ou parceiro sexual é uma boa estratégia, principalmente se a fonte do imprinting for membro da própria espécie, o que geralmente acontece (a primeira visão do filhote, se ele não for um cuco, costuma ser a dos pais biológicos, e mesmo o cuco está perfeitamente confortável com seus pais postiços). Mas as coisas sempre podem dar errado, e parte da literatura etológica especializou-se em mostrar como as aves são suscetíveis ao imprinting postiço, e como isso pode ser um recurso valioso para o humano nos processos de domesticação.

O conceito de imprinting é instrumental nas relações estabelecidas modernamente entre aves de rapina e seus interactantes humanos. Até algumas décadas atrás, falcoeiros

incluem insetos e frutas na dieta. Como exemplo extremo, o abutre-de-palmeira (*Gypohierax angolensis*) alimenta-se principalmente do fruto do dendezeiro e outras palmeiras africanas.

buscavam suas aves fora da *domus*, pela resistência que esses animais tinham (têm) em se reproduzir em cativeiro, e porque certas qualidades das aves desejáveis na falcoaria têm a ver, justamente, com a conservação de modos de vida livre. Essa relação, em grande medida, se mantém até hoje: o falcoeiro quer que a ave conserve a indocilidade, e a ave, mesmo criada no circuito da *domus*, conserva traços comportamentais (e até físicos) da vida livre. Nos últimos anos, tornou-se disponível, no universo da falcoaria, a reprodução de aves em cativeiro, seja com pares “naturais”, em que dois animais da mesma espécie são colocados juntos e, vários fatores sendo favoráveis, se acasalam, ou pela inseminação artificial, em que o imprinting entra na equação (SCHROER, 2018). Em ambos os casos, vê-se como o modo de vida tipicamente rapinante atravessa todo o processo. Acasalar não é uma decisão simples para esses animais, envolvendo negociações longas e elaboradas, em que a atenção à linguagem corporal e a vocalização (e manobras de voo, irrealizáveis em cativeiro) são fundamentais para se aceitar e se fazer aceitar pelo parceiro. Do mesmo modo, em aves imprintadas para a inseminação artificial, o longo ritual se mantém, desta vez do cuidador humano com a ave.

Isso explica a diferença que vemos na abordagem dos falcoeiros, incluindo os cuidadores do Parque nos Falcões, do conceito de imprinting. Distanciando o imprinting do comportamento estereotipado, os cuidadores falam do processo como um evento, um dado da experiência social do animal que sempre pode ser contornado, ou re-eventado, mesmo quando isso é (e até por ser) difícil. Alexandre nos diz, por exemplo, que aves imprintadas não poderão se acasalar com membros de sua espécie, ou reintroduzidas em ambiente livre, pelos problemas de socialização que irão enfrentar ali. Minutos depois, ouvimos o cuidador nos contar a história de um imprinting revertido. O que é comum às duas versões (à versão e à reversão) é que o processo não envolve, como na imagem associada à estampa (tradução possível de imprinting), uma superfície pronta para receber a marca do estímulo, mas uma dança comportamental em que cuidador precisa trabalhar junto à ave (ouvir a ave, devir-ave), ao mesmo tempo em que o animal precisa conhecer e reconhecer o humano (VIANNA; SANTOS, 2018).

Temos duas questões aqui envolvendo a ciência oficial, uma em relação às aves, outra sobre a cultura falcoeira. No primeiro caso, a ciência comportamental busca reduzir processos comportamentais dos animais, em geral, e das aves de rapina, em particular, a uma substantivação da cognição: as aves possuem determinadas estruturas mentais herdadas, que lhes permite agir dessa ou daquela maneira. No segundo caso, culturas que

se distanciam em algum grau das redes de conversa da ciência, como a cultura falcoeira (apesar do diálogo que mantêm) nem sempre aceitam docilmente o discurso científico. Essa hesitação é visível no Parque dos Falcões. De um lado, os cuidadores do Parque querem que o que fazem ali, ao lado das aves, seja aceito como válido nas redes de conversa científica ou oficial (muitas delas vitais para garantir a existência do Parque). De outro lado, os cuidadores sabem que detêm conhecimentos próprios e valorizados sobre as aves, que não estão disponíveis nos círculos do saber oficial.

Um caso relativamente recente de debate acadêmico (mas que ultrapassa politicamente a academia) ilustra essas duas questões. Pesquisando os falcões de eleonora (*Falco eleonora*) no arquipélago de Essaouira, no Marrocos, Abdeljebbar Qninba (2015) e sua equipe registraram, próximo aos ninhos dos falcões, pássaros vivos e presos nas rochas. Os animais estavam estrategicamente desfalcados (sem trocadilho) de penas da asa e da cauda, dificultando o voo. Essa condição sugeriu aos pesquisadores a hipótese de que eles foram capturados e aprisionados pelos falcões. O biólogo Rob Simmons, no entanto, suspeita da sugestão dos pesquisadores marroquinos, e não pela qualidade das evidências: “Eu não acredito que um falcão tenha a habilidade cognitiva para ‘armazenar’ presas desse jeito” (SOKOL, 2016; aspas no original). Para Simmons, como para outros ecologistas comportamentais, generalizar um comportamento em ambiente “natural” (aspas minhas) deve, por princípio, ter valor adaptativo, significando origem evolutiva e sua tradução em uma determinada estrutura cognitiva, típica da linhagem. Pouco adianta os pesquisadores marroquinos afirmarem (ou talvez piore o seu caso pelos padrões acadêmicos) que há décadas os pescadores locais observam essa situação. A crença de que falcões possuem determinada “habilidade cognitiva” é mais forte.

Em 2016 a falcoaria foi inscrita na Unesco como patrimônio imaterial da humanidade (FALCONRY, A LIVING HUMAN HERITAGE, 2019). Chama a atenção, primeiro, o número de países relacionados, de longe a forma cultural mais multinacional da lista. Em segundo lugar, que países são esses: um contínuo nostrático que começa na Mongólia e passa pelos países Turcomanos, Árabes, da Europa central e cruza o mediterrâneo até Portugal, reeditando uma espécie de rota da seda estendida e falcoeira. A falcoaria é praticada hoje no mundo inteiro, mas a geografia da Unesco nos dá uma ideia de onde a prática tem rizomas mais profundos.

Dizem os falcoeiros – segundo White (2007) – que a falcoaria é uma forma de se ligar ao passado, não só porque as técnicas permanecem semelhantes ao que se faz há

milênios, mas porque os próprios animais quase não mudaram, no corpo e nos modos, em contraste com outras criaturas domesticadas. Mas de que antiguidade estamos falando? Humanos de antes do neolítico e caçadores-coletores de todas as épocas aparentemente não contavam, e não contam, com a companhia das rapinantes em suas atividades de caça. E a falcoaria tampouco parece ter se originado no crescente fértil ou em outros berços míticos das narrativas sobre as origens da civilização. O que se fundava nesses espaços era uma socialidade de seres protegidos das relações predador-presa, menos alertas, de menor mobilidade, mas com recursos de subsistência acumulados, à disposição de todo tipo de invasores, de todas as espécies (SCOTT, 2017). O mais provável, e é o que argumentam alguns autores (GRIMM, GERSMANN, 2018), é que a relação historicamente estabelecida entre rapinantes e humanos tenha se dado nas regiões das bordas do espaço domesticado, como por exemplo as estepes eurásianas, entre aves de rapina e pastores nômades que saqueavam e rapinavam a *domus*.

Referências

- ARISTÓFANES. 1989. **As Aves**. Tradução de Maria de Fátima Sousa Silva. Edições 70: Vila Nova de Gaia.
- BAR-ON, Yinon. PHILIPS, Rob. MILO, Ron. 2018. The biomass distribution on Earth. **PNAS**. v. 115, n. 25, 6506-6511.
- BATESON, Gregory. 2000. **Steps to an ecology of mind**. Chicago: University of Chicago Press.
- BENCKE, Glayson et al (orgs.). 2006. **Áreas Importantes para a Conservação das Aves no Brasil**. Parte I – Estados do Domínio da Mata Atlântica. São Paulo: SAVE Brasil.
- BERNERS, Dame Juliana. 1901. **The Boke of Saint Alban**: Treatises on Hawking, Hunting and Cote Armour (1486). London: Elliot Stock. Disponível em: <https://archive.org/details/bokeofsaintalban00bernuoft>. Acesso em: 22/04/2019.
- BILDSTEIN, Keith. 2017. **Raptors**: The curious nature of diurnal birds of prey. Ithaca: Cormstock.
- DARWIN, Charles. 1979. The origin of species by means of natural selection. New York: Gramercy Books.

- DARWIN, Charles. 2009. **The Formation of Vegetable Mould:** Through the Action of Worms, With Observations on Their Habits [1888]. Ithaca: Cornell University Library.
- DAVIS, Karen. 2009. **Prisoned chickens, poisoned eggs:** An inside look at the modern poultry industry. Summertown: Book Publishing Company.
- DESPRET, Vinciane. 2016. **What would animals say if we asked the right questions?** Minneapolis: University of Minnesota Press.
- ELPHICK, Jonathan. 2016. **Birds:** a complete guide to their biology and behavior. Buffalo: Firefly Books.
- FALCONRY, A LIVING HUMAN HERITAGE. 2019. **Unesco:** Intangible Cultural Heritage. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/RL/falconry-a-living-human-heritage-01209>. Acesso em: 22 de abril de 2019.
- FIJN, Natasha. 2018. Dog ears and tails: Different relational ways of being with canines in aboriginal Australia and Mongolia. In: SWANSON, Heather; LIEN, Marianne; WEEN, Gro. (eds.). **Domestication gone wild:** politics and practices of multispecies relations. Durham: Duke University Press, p. 72-93.
- GOULD, Stephen Jay. 1992. O anel de guano. In: GOULD, Stephen Jay. **A galinha e seus dentes e outras reflexões sobre história natural.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GRIMM, Oliver. GERSMANN, Karl-Heinz. 2018. Introduction, discussion and summary. In: GERSMANN, Karl-Heinz; GRIMM, Oliver (eds.). **Raptor and human-falconry and bird symbolism throughout the millennia on a global scale.** Kiel: Wachholtz. p. 18-24.
- GUELLOUZ, Azzedine. 2007. **O Alcorão.** Lisboa: Instituto Piaget.
- HARMON, Katherine. 2009. Why would a chimpanzee attack a human? **Scientific American.** Disponível em: <https://www.scientificamerican.com/article/why-would-a-chimpanzee-at/>. Acesso em: 22 de abril de 2019.
- INGOLD, Tim. 2008. Por que quatro porquês? In: VIANNA, Beto (ed.). **Biologia da libertação:** ciência, diversidade e responsabilidade. Belo Horizonte: Mazza, p. 86-94.

- LALAND, Kevin. ODLING-SMEE, John; FELDMAN, Marcus. 2001. Niche construction, ecological inheritance and cycles of contingency in evolution. In: OYAMA, Susan, GRIFFITHS, Paul; GRAY, Russell (eds.). **Cycles of contingency: developmental systems and evolution**. Cambridge: MIT Press, p. 117-126.
- LATOURETTE, Bruno. 2012. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA.
- LEWONTIN, Richard. 2000. **The triple helix: Gene, organism and environment**. Cambridge: Harvard University Press.
- LORENZ, Konrad. 1995. **Os fundamentos da etologia**. São Paulo: UNESP.
- MACDONALD, Helen. 2014. **H is for Hawk**. London: Jonathan Cape.
- MATURANA, Humberto. VARELA, Francisco. 1998. **The tree of knowledge: biological roots of human understanding**. Boston: Shambala.
- MATURANA, Humberto. VARELA, Francisco. 2003. **De máquinas y seres vivos**. Buenos Aires: Lumen.
- MATURANA, Humberto. MPODOZIS, Jorge. 1992. **Origen de las especies por medio de la deriva natural** o la diversificación de los lineajes a través de la conservación y cambio de los fenotipos ontogénicos. Santiago de Chile: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos,
- MAURSTAD, Anita. DAVIS, Dona. COWLES, Sarah. 2013. Co-being and intra-action in horse–human relationships: a multi-species ethnography of be(com)ing human and be(com)ing horse. **Social Anthropology**. v. 21, n. 3, 322–335.
- MCCLURE, Christopher et al. 2018. State of the world's raptors: Distributions, threats, and conservation recommendations. **Biological Conservation**, v. 227, p. 390-402.
- MENQ, Willian. 2018a. Gavião-de-pescoço-branco (**Leptodon forbesi**). **Aves de Rapina Brasil**. Disponível em: http://www.avesderapinabrasil.com/leptodon_forbesi.htm. Acesso em: 22 de abril de 2019.
- MENQ, Willian. 2018b. Lista das aves de rapina da Mata Atlântica Nordeste. **Aves de Rapina Brasil**. Disponível em: http://www.avesderapinabrasil.com/lista_matanorte.htm. Acesso em: 22 de abril de 2019.

- MURA, Fabio. 2008. Transformações do habitat e uso dos centros urbanos a partir da perspectiva tecno-econômica dos Guarani-Kaiowa. **Anais da 26a. RBA**. 26ª RBA, Porto Seguro.
- MUTTERLE, Silvia. 2016. Human-hawk entanglement: a post-humanist ontogeny of multispecies co-education. Dissertação, Master of Arts in Anthrozoology. University of Exeter, Exeter.
- OYAMA, Susan. 2000. **The ontogeny of information**: Developmental systems and evolution. Durham: Duke University Press.
- OYAMA, Susan. Sustainable development: living with systems. 2015. In: CLARKE, Bruce (ed.). **Earth, life and system**: Evolution and ecology on a Gaian planet. New York: Fordham University Press, p. 203-224.
- PARRY-JONES, Jemima. 2012. **Falconry**: Care, captive breeding and conservation. Blue Ash: F&W Media International.
- QNINBA, Abdeljebbar et al. 2015. **Mode de prédation très particulier du Faucon d'Éléonore Falco eleonoraе sur l'Archipel d'Essaouira (Maroc Atlantique)**. *Alauda* 83: 149-150.
- SAGAN, Dorian. 2015. Life on a Margulisian planet: A son's philosophical reflections. In: CLARKE, Bruce (ed.). **Earth, life and system**: Evolution and ecology on a Gaian planet. New York: Fordham University Press, p. 13-38.
- SCOTT, James. 2017. **Against the grain**: a deep history of the earliest states. New Haven: Yale University Press.
- SCHROER, Sara. 2018. Breeding with birds of prey: Intimate encounters. In: SWANSON, Heather. LIEN, Marianne. WEEN, Gro. (eds.). **Domestication gone wild**: politics and practices of multispecies relations. Durham: Duke University Press, p. 33-49.
- SIGRIST, Tomas. 2013. **Avifauna brasileira**. São Paulo: Avis Brasilis.
- SOKOL, Joshua. 2016. Falcons imprison live birds to keep them fresh for a later meal. **New Scientist**. 8 de janeiro de. Disponível em: <https://www.newscientist.com/article/dn28745-falcons-imprison-live-birds-to-keep-them-fresh-for-a-later-meal/>. Acesso em: 20 de abril de 2019.

- SLUCKIN, Wladislaw. 2009. **Imprinting and early learning**. New Jersey: Aldine.
- THE IUCN RED LIST. 2019. Disponível em: <https://www.iucnredlist.org/>. Acesso em: 22 de abril de 2019.
- TSING, Anna. 2018. Nine provocations for the study of domestication. In: SWANSON, Heather. LIEN, Marianne. WEEN, Gro. (eds.). **Domestication gone wild: politics and practices of multispecies relations**. Durham: Duke University Press, p. 231-251.
- VIANNA, Beto. 2016. Linguagem e fenômenos sociais na escola chilena do conhecer. **Memorias del XV Simposio Internacional de Pensamiento Latinoamericano**, Universidad Central “Marta Abreu” de Las Villas, Santa Clara, p. 1383-1397.
- VIANNA, Beto. 2017. Português como língua indígena: a experiência Xokó. **Anais do I Simpósio de Glotopolítica e Integração Regional**, p. 435-451.
- VIANNA, Beto. 2011. Co-ontogenia: una aproximación sistémica al lenguaje. **Revista de Antropología Iberoamericana**, v. 6, n. 2, 135-158.
- VIANNA, Beto. MAIA, Ugo. 2017. Apresentação - Dossiê Socialidades específicas: os outros sócios do humano. **Revista Ambivalências**, v. 5, n. 10, 4-21.
- VIANNA, Beto. SANTOS, Fernanda. 2018. Parque dos Falcões: aves e humanos no espaço da linguagem. **Anais da 31ª. RBA. 31ª. RBA**, Brasília.
- WHITE, Terence. 2007. **The Goshawk**. New York: New York Review of Books.